

Situação do financiamento para direitos de posse e tutela florestal

FINANCIAMENTO DE DOADORES PARA
POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES
LOCAIS E POVOS AFRODESCENDENTES
EM PAÍSES COM FLORESTA TROPICAL
(2011–2023)

MAIO DE 2024



Rainforest Foundation
Norway

Agradecimentos

A pesquisa para este artigo foi liderada por Michael Owen, com o apoio de Sam Allnutt e Jeffrey Hatcher (Indufor North America)

As seguintes pessoas forneceram informações e contribuições valiosas: Dra. Solange Bandiaky-Badji (RRI); Tim Derr (RRI); Débora Sanchez (RRI); Shuda Jarboe (RRI); Chloe Ginsburg (RRI); Jonathan Tigabu (RRI); Karena Mahung (Indufor); e Kevin Currey (Fundação Ford)

Líder de Projeto na RFN: Torbjørn Gjefsen

Líder de projeto na RRI: Bryson Ogden

Editor: Madiha Waris

Design: Ashley Young para *Publications Professionals*

Conteúdo

Agradecimentos	2
Conteúdo	2
Introdução	3
Tendências globais de financiamento.....	6
Tendências de financiamento regional.....	12
Tendências de financiamento temático.....	15
Conclusão e recomendações	19
Notas	22

Foto da capa: *Uma cafeicultora da Comunidade Tebat Pulau em Sumatra, Indonésia. Localizados no meio de duas áreas protegidas e há muito impedidos de cultivar produtos, os Tebat Pulao recuperaram recentemente a permissão do governo para plantar café, pimenta, abacate e água de palma, o que sustenta tanto a sua subsistência como a floresta que os rodeia. Foto: Jacob Maentz para RRI.*

Introdução

Os direitos de posse dos Povos Indígenas, das comunidades locais e dos Povos Afrodescendentes (PI, CL e PAD) estão inextricavelmente ligados à saúde e à resiliência dos principais ecossistemas e das reservas de carbono. No entanto, os esforços para fortalecê-los recebem apenas uma fração do financiamento de doadores para ações climáticas e de conservação.¹ Nos últimos anos, o reconhecimento deste fato na comunidade de doadores internacionais levou a maiores compromissos e promessas para financiar os direitos de posse dos PI, CL e PAD e a tutela florestal, enquanto as organizações que representam ou apoiam estes grupos também intensificaram a inovação para desenvolver novos mecanismos de financiamento geridos por comunidades.

Ainda assim, é necessário fazer mais para melhorar a coordenação dos doadores e preencher lacunas críticas no cenário do financiamento. Para melhorar a coordenação e a transparência, a Rainforest Foundation Noruega (RFN) e a Rights and Resources Initiative (RRI) desenvolveram a Plataforma de Financiamento Path to Scale (Caminho à escala) uma ferramenta de monitoramento inovadora que abre acesso a todos os dados de financiamento disponíveis publicamente sobre direitos de propriedade de PI, CL e PAD e projetos de tutela florestal desde 2011.

O objetivo deste painel é permitir que doadores, detentores de direitos e seus aliados aproveitem dados históricos sobre o financiamento dos doadores para apoiar a análise mais localizada e específica do contexto necessária para ampliar os direitos de posse de PI, CL e PAD e o financiamento da tutela florestal, e para garantir que mais recursos cheguem diretamente às organizações de titulares de direitos no terreno.

Até ao momento, os dados publicamente disponíveis sobre os fluxos de financiamento têm sido complexos, fragmentados e inacessíveis.² O painel disponibiliza dados através de uma plataforma online de fácil utilização, permitindo aos doadores e outros públicos analisarem, filtrarem e exportarem dados históricos, compreender os fluxos atuais de financiamento e identificar oportunidades chave para aumentar o financiamento para PI, CL e PAD.

Esta publicação apresenta a Plataforma de Financiamento Path to Scale e a utiliza para analisar as principais tendências de financiamento de 2011 a 2023, com foco nos desdobramentos desde 2020. Cobrimos o período após a Declaração dos Doadores sobre a Posse Florestal dos PI e CL COP26³ (também conhecida como Compromisso de Posse Florestal dos PI e CL) feito pelo Forest Tenure Funders Group (FTFG). E dá continuidade à análise iniciado no relatório, "*Ficando aquém*,"⁴ (RFN 2021) e expandidos em "*Financiamento com Propósito*"⁵ (RRI e RFN 2022).

TABELA 1 | Aplicação da Plataforma de Financiamento Path to Scale

Doadores	<ul style="list-style-type: none">• Identificar lacunas e oportunidades no cenário de financiamento de PI, CL e PAD ;• Aprender como o setor está cumprindo compromissos, ações de localização e acelerando caminhos de financiamento direto ; e• Encontrar potenciais colaboradores que estão financiando projetos, temas e/ou geografias semelhantes.
Detentores de direitos e aliados	<ul style="list-style-type: none">• Cobrar dos doadores o cumprimento dos seus compromissos públicos;• Informar planejamento estratégico e a elaboração de projetos; e• Encontrar potenciais parcerias estratégicas locais e/ou globais.

Metodologia

A *Plataforma de Financiamento Path to Scale* se baseia em [Ficando Aquém](#), [Financiamento com Propósito](#) e [Construindo caminhos resilientes](#), que tentaram quantificar e descrever tendências do financiamento de doadores internacionais para apoiar os direitos de posse e tutela florestal de PI, CL e PAD. Os dados são recolhidos de fontes publicamente disponíveis, incluindo microdados comunicados por doadores, bases de dados de subvenções e a Iniciativa de Transparência de Ajuda Internacional (IITA). Fornecemos comentários adicionais sobre onde existem lacunas de dados e áreas para melhoria na compreensão. A metodologia completa, o livro de códigos e as fontes de relatórios estão disponíveis online [aqui](#).

A nossa análise utiliza um processo detalhado e de várias etapas para revisar com precisão o conjunto de dados, que compreende mais de um milhão de atividades comunicadas pelos doadores. A unidade de análise é uma 'atividade', alinhando-se com a definição da IATI. As organizações relatoras autodefinem atividades, que podem abranger vários projetos ou fluxos de trabalho em uma única atividade.

Inicialmente analisamos descrições de atividades, títulos e documentos associados em busca de palavras-chave relevantes. As atividades que contêm palavras-chave temáticas e de ecossistema aprovadas são então analisadas por uma série de grandes modelos de linguagem (LLMs), que determinam o significado semântico das palavras-chave no contexto. Após esta revisão automatizada, a nossa equipe inspeciona manualmente um subconjunto de atividades (mais de quinze mil atividades candidatas)—todas as atividades aprovadas pelos LLMs e uma amostra que cumpre critérios de relevância específicos (ou seja, atividades de doadores conhecidos ou aquelas que contêm palavras-chave significativas). Para projetos com desembolsos superiores a 5 milhões de dólares, analisamos a documentação orçamental disponível, refletindo a abordagem utilizada em *Ficando Aquém*. Informações incluindo notas em nível de projeto, resultados de revisão do LLM e resumos gerados estão disponíveis em nível de atividade na ferramenta de rastreamento.

Escopo

O conjunto de dados utilizado nesta análise e refletido na *Plataforma de Financiamento Path to Scale* é específico para financiamento de doadores internacionais para posse comunitária, direitos, conservação, clima e

desenvolvimento de PI, CL e PAD em países de baixa e média renda (LMICs em inglês). Embora a nossa investigação continue a se centrar nas áreas de florestas tropicais, estão incluídas no conjunto de dados atividades sobre temas que vão desde o fortalecimento institucional das Organizações dos Povos Indígenas (OPI) até ao mapeamento dos direitos à terra fora das florestas tropicais. Embora historicamente tenhamos usado o termo “manejo e posse florestal de PI e CL” para descrever o escopo da pesquisa, agora estamos usando “direitos de posse e tutela florestal de PI, CL e PAD” neste resumo, dado o papel vital dos Povos Afrodescendentes (PAD) na América Latina e no Caribe.⁶ O conjunto de dados se expandiu para abranger atividades que financiam PAD e, no futuro, continuaremos a expandir os dados para paisagens não florestadas, como terras áridas, pastos e áreas abertas, uma vez que estas são essenciais para a conservação da biodiversidade e também são geridas por titulares de direitos coletivos.

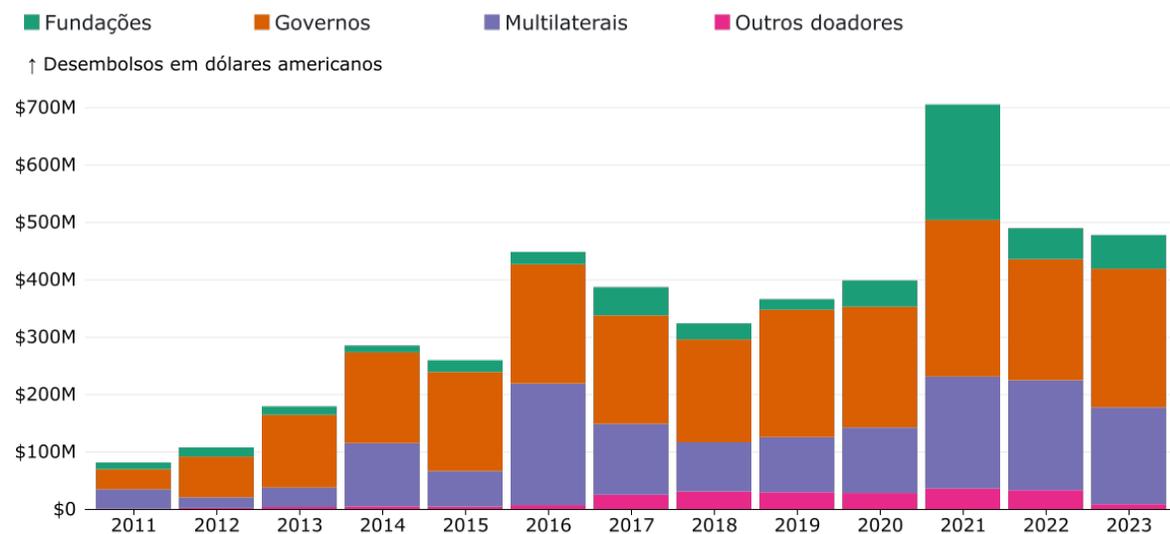
Tendências globais de financiamento

Um avanço promissor impulsionado pelo FTFG

O financiamento para direitos de posse e tutela florestal para PI, CL e PAD aumentou nos últimos anos. Os desembolsos anuais a nível mundial atingiram uma média de 517 milhões de dólares por ano desde 2020, um aumento de 36 por cento em relação à média dos quatro anos anteriores (Figura 1).⁷ A tendência crescente mantém-se em todas as geografias e tipos de doadores, sublinhando um compromisso robusto e crescente dos financiadores em apoiar os direitos dos PI, CL e PAD e os esforços para salvaguardar as florestas do mundo.

Setenta e dois por cento deste aumento desde 2020 foi impulsionado pelo FTFG,⁸ o grupo de 25 doadores que em 2021 emitiu a Declaração Conjunta de Doadores sobre Posse Florestal dos PI e CL COP26 e prometeu um apoio combinado de 1,7 mil milhões de dólares entre 2021 e 2025. Fundações e doadores bilaterais aumentaram significativamente os seus desembolsos em 2021, o primeiro ano do Compromisso. Em 2021, os principais contribuintes filantrópicos, como o Bezos Earth Fund e a Ford Foundation, desembolsaram individualmente mais do que o total entre os doadores privados no ano anterior.

FIGURA 1 | Desembolsos anuais globais para direitos de posse e tutela florestal de PI, CL e PAD (2011–2023)



Nota: Alguns doadores publicam os desembolsos retroativamente com atrasos nos relatórios; as estimativas para 2023 são estimativas.

É importante ressaltar que a tendência positiva também se estende aos doadores não-FTFG. Conforme mostrado na Figura 1, os financiadores multilaterais (que não faziam parte do Compromisso) também aumentaram o seu financiamento desde 2021.⁹ Esta mudança é provavelmente um reflexo do reconhecimento mais amplo entre a comunidade doadora do papel crucial dos detentores de direitos coletivos na conservação das florestas e outras áreas. ecossistemas vitais.

Os doadores que fornecem as maiores somas de financiamento permanecem os mesmos de *Ficando Aquém* em 2021, com a notável exceção do Bezos Earth Fund, que foi criado em 2020, e fez grandes desembolsos em 2021. O Fundo Verde para o Clima também aumentou significativamente o seu financiamento, impulsionado principalmente por grandes pagamentos baseados em resultados de REDD+ que incluem parcelas de financiamento relevante para direitos de posse e tutela florestal de PI, CL e PAD.

As fontes bilaterais e multilaterais ainda proporcionam a maior parte do financiamento relevante, com percentagens de 45 por cento e 32 por cento, respectivamente, entre 2020 e 2023. No entanto, as contribuições das fundações privadas também estão crescendo. De 2020 a 2023, as fundações representaram 17 por cento do total, marcando um aumento substancial em relação à sua quota de 7,5 por cento entre 2016 e 2019.¹⁰

Não há evidências que indiquem uma mudança sistemática nas modalidades de financiamento ou um financiamento mais direto dos doadores para organizações de PI, CL e PAD.¹¹ Nos últimos 13 anos, os 140 principais projetos—que representam apenas três por cento de todos os projetos—representam mais de metade de todo o financiamento desembolsado. Esta tendência não mudou desde o Compromisso em 2021. O financiamento para a tutela florestal de PI, CL e PAD ainda consiste em um punhado de projetos muito grandes que compreendem a maior parte do financiamento total. Estes grandes projetos desembolsam dezenas a centenas de milhões de dólares, muitas vezes executados durante vários anos e em vários países, e tendem a concentrar-se na titulação em grande escala ou no desenvolvimento territorial e/ou na conservação e desenvolvimento ao nível da paisagem. Estes programas são normalmente implementados por empresas de consultoria, governos, instituições multilaterais ou organizações internacionais de conservação.

As ONGs nacionais e locais, incluindo organizações de PI, CL e PAD, têm muito mais probabilidades de receber financiamento direto através de pequenos editais as personalizados que fornecem financiamento para milhares de projetos de pequena escala, normalmente de 30 a 50 mil dólares (por exemplo, o Programa de Pequenas Doações do GEF) ou indiretamente através de editais de ONGs internacionais e organizações de conservação. Conforme demonstrado no *Financiamento com Propósito* os fundos destinados a ONGs nacionais têm maior probabilidade de fornecer apoio a organizações comunitárias indígenas e locais.¹² Embora os doadores tenham continuado a sinalizar

que estão ocorrendo mudanças estruturais a longo prazo na adaptação local do seu financiamento, há poucas provas disso nos dados coletados.¹³

As tendências recentes de financiamento mostram que os doadores continuam a depender de muitos dos mesmos canais para desembolsar financiamento para apoiar PI, CL e PAD para garantir direitos e conservar ecossistemas essenciais.¹⁴ Por exemplo:

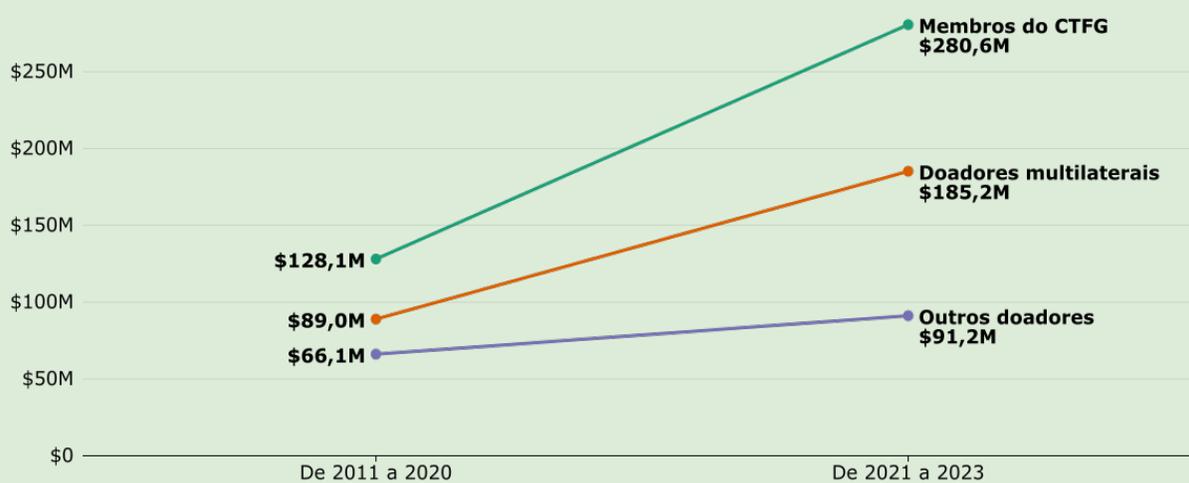
- A Noruega continua a se destacar pela sua elevada porcentagem de financiamento direto para ONGs, com a Rainforest Foundation Norway como principal organização implementadora (concedendo a organizações PI, CL e PAD). A Noruega também desembolsa muita verba diretamente a organizações Indígenas e ONGs nacionais em países com florestas tropicais. Além disso, a Noruega tem liderado a nível mundial o fornecimento de financiamento REDD+ baseado em resultados, o que, por sua vez, tem fornecido financiamento significativo para posse e tutela florestal de PI, CL e PAD, historicamente através do Fundo Amazônia.¹⁵
- A USAID continua a usar empresas de consultoria para implementar projetos de conservação participativa e de posse em grande escala (por exemplo, ARD Inc. implementando atividades de mais de 10 milhões de dólares na Colômbia, Indonésia, Peru, Camboja e Libéria), embora a agência esteja buscando promover iniciativas de financiamento mais direto através de sua agenda de adaptação local.¹⁶
- Os mecanismos de financiamento multilateral (por exemplo, a Iniciativa de Conservação Inclusiva do GEF e o Mecanismo de Bolsas Dedicadas do Fundo de Investimento Climático) continuam a ser coimplementados por organizações internacionais de conservação—juntamente com grandes projetos de conservação florestal apoiados por todos os tipos de doadores.
- O Banco Mundial e a Alemanha são os doadores predominantes para instituições governamentais nos países com florestas tropicais.
- Existem poucos casos de organizações de comunidades territoriais que recebem financiamento superior a 1 milhão de dólares de doadores. As exceções incluem acordos em que organizações detentoras de direitos fizeram parceria com uma organização aliada de coimplementação (por exemplo, as doações do Bezos Earth Fund à RRI em parceria com a Aliança Global de Comunidades Territoriais e a Campanha pela Natureza na Bacia do Congo e nos Andes Tropicais).¹⁷

Grupo de financiadores para posse florestal (FTFG)

Há evidências claras de que 2021 representa uma mudança radical no financiamento dos doadores que fazem parte do FTFG. Os nossos dados mostram um aumento significativo no financiamento em 2021, consistente com o primeiro relatório anual do FTFG.¹⁸ Dado que alguns doadores privados reportam desembolsos únicos para projetos que podem ser plurianuais (por exemplo, Bezos Earth Fund), é mais útil examinar o progresso ao longo de vários anos. De 2011 a 2020, estimamos que os doadores do FTFG desembolsaram, em média, 128 milhões de dólares por ano. De 2021 a 2023, estimamos que os doadores do FTFG desembolsaram uma média anual de 281 milhões de dólares—ou um aumento de 120 por cento (ajustado pela inflação).

FIGURA 2 | Mudança nos desembolsos médios anuais, FTFG, multilaterais e outros doadores

↑ Desembolsos anuais médios em 2020 (\$US)



Nota: Todos os dados são convertidos e ajustados pela inflação para o mesmo período de *Ficando Aquém* (dezembro de 2020) para fins de comparação.

No entanto, os nossos totais anuais estimados para 2021 e 2022 são inferiores aos totais comunicados pelo FTFG (303 milhões de dólares e 511 milhões de dólares, respetivamente).¹⁹ Isto é provavelmente devido a diferenças metodológicas, descritas abaixo na Tabela 2.

As diferenças metodológicas e a falta de transparência limitam a comparação entre os dados comunicados pelo FTFG e os dados disponíveis publicamente. Embora existam considerações importantes sobre privacidade (por exemplo, não divulgar publicamente dados que possam representar riscos para os defensores do ambiente e da terra) que justificam supressões, muitos doadores privados não comunicam publicamente *quaisquer* dados desagregados.

Maior clareza entre *compromissos* e *desembolsos* nos relatórios públicos, incluindo os do FTFG, para fornecer uma representação mais precisa de quanto financiamento está realmente a ser canalizado para a posse e a tutela florestal dos PI, CL e PAD. O financiamento que chega aos PI, CL e PAD no terreno está atrasado em relação aos desembolsos dos doadores, uma vez que leva tempo para ser transferido de intermediários para

ONGs nacionais e locais e organizações de titulares de direitos, ou para que estas organizações implementem projetos que promovam os direitos de posse. As próprias comunidades relatam que não estão observando uma mudança significativa no montante de financiamento que as suas organizações recebem.²⁰ Isto mostra que reportar *compromissos de financiamento significativos* como “gastos” pode exacerbar a impressão das comunidades territoriais de que o financiamento está indo para outro lugar—quando na verdade ainda não foi desembolsado pelos doadores.

TABELA 2 | Diferenças metodológicas no acompanhamento dos fluxos de financiamento

TEMA	METODOLOGIA FTFG	NOSSA METODOLOGIA
Transparência	Muitos financiadores privados não reportam dados de forma desagregada e transparente. Muitos doadores reportam dados públicos limitados, incluindo uma descrição curta ou nenhuma descrição das atividades, organizações implementadoras ou geografias implementadoras.	Não incluímos totais autorrelatados por região ou carteira de doadores, uma vez que estes dados não proporcionam transparência suficiente sobre as atividades implementadas. Os dados dos doadores são extraídos de fontes publicamente disponíveis.
Desembolsos vs. compromissos	O relatório anual do FTFG 2022 afirma que as despesas comunicadas “incluem desembolsos e, em alguns casos, dotações e compromissos formais.”	Incluímos apenas desembolsos reportados de doadores. Assumimos que os doadores privados reportam os desembolsos nas suas bases de dados de projetos financiados ²¹
Ajustes para a parcela de projetos relevantes para a posse e tutela florestal de PI, CL e PAD	A FTFG ajusta a parte relevante das atividades, mas a sua metodologia não é tornada pública.	Para atividades com orçamentos disponíveis, revisamos e ajustamos os desembolsos totais sempre que possível. A parcela relevante média é aplicada a projetos sem documentação orçamentária. Notas de revisão detalhadas e fontes estão disponíveis para cada projeto.
Relatórios para agências multilaterais e outras instituições	Há uma visão limitada sobre como e se os doadores do FTFG reportam desembolsos ou compromissos a mecanismos multilaterais. Por exemplo, o Reino Unido reportou financiamento ao GEF, CAFI, GCF e CIF como parte do Compromisso Global de Financiamento Florestal mais amplo, mas não se sabe se estas quotas “imputadas” estão incluídas nos totais comunicados pelo FTFG. ²²	Como os dados desagregados não são comunicados de forma consistente e transparente, não acompanhamos as contribuições dos governos doadores para mecanismos multilaterais. Em vez disso, as atividades são processadas quando são comunicadas pelas instituições multilaterais. ²³ Isto também evita a dupla contagem ao rever o financiamento dos mecanismos multilaterais.

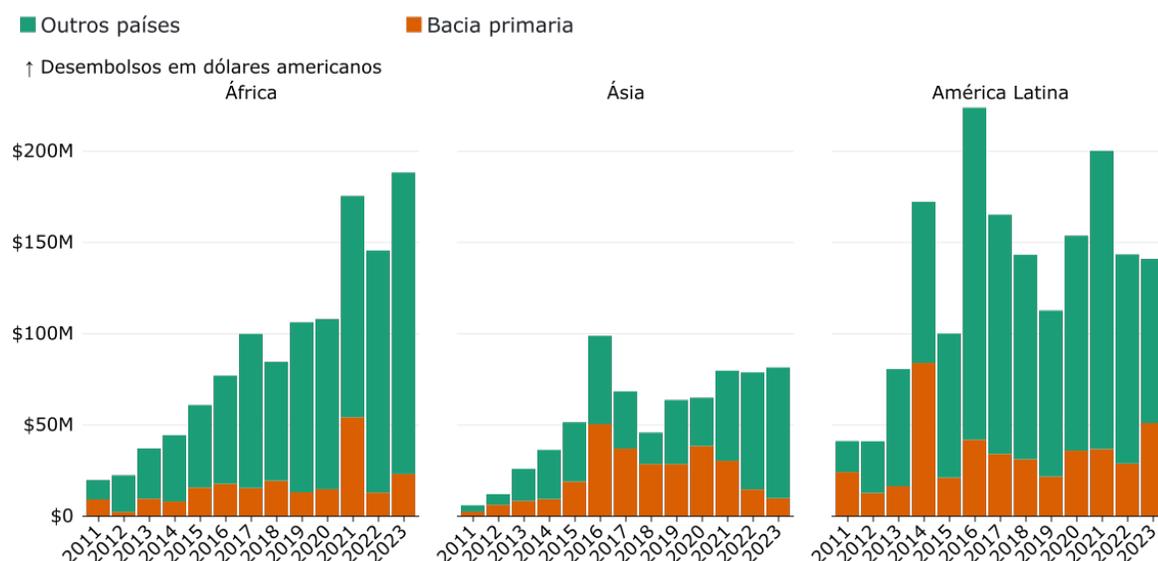
Prazos dos relatórios	Alguns doadores que reportam publicamente atividades em massa, ou que atrasam a data de desembolso, podem utilizar dados internos de desembolso privado ou de compromisso para fornecer estimativas anuais mais precisas. ²⁴ Alguns doadores também publicam os desembolsos retroativamente, com atrasos nos relatórios.	Coletamos dados com base em datas de desembolso informadas publicamente disponíveis. Durante a análise dos dados, identificamos vários doadores com tendências não lineares nos desembolsos, com estimativas elevadas para 2021 e 2023, mas totais baixos para 2022. Não ajustamos as datas de desembolso de atividades para atividades que ocorrem em meses adjacentes a 2022 (ou seja, dezembro de 2021 ou janeiro de 2023).
-----------------------	---	--

Tendências de financiamento regional

Maior diversidade de financiamento, mas ainda insuficiente para atender as demandas

Desde 2011, o financiamento para PI, CL e PAD aumentou em todas as regiões.²⁵ Como pode ser visto na Figura 3, embora a América Latina tenha historicamente recebido a maior parte do financiamento para direitos de posse de PI, CL e PAD para a tutela florestal, a Ásia e a África registraram aumentos claros nos fluxos de financiamento. Em 2023, é provável que África tenha recebido mais financiamento do que a América Latina pela primeira vez. A tendência em todas as regiões reflete as conclusões dos doadores do FTFG, que relataram um aumento dos fluxos de financiamento para África e para a Ásia em 2021 e 2022.

FIGURA 3 | Desembolsos para direitos de posse e de tutela florestal de PI, CL e PAD por continente (2011–2023)



Nota: Muitas atividades de grande porte desde 2021 são transversais às bacias e, portanto, não estão incluídas nesta figura. Dado que uma grande parte deste financiamento inclui a América Latina, os desembolsos da América Latina são provavelmente subestimados neste gráfico. Os países de bacias são a República Democrática do Congo, a Indonésia e o Brasil, respectivamente.

Os doadores aumentaram o número de países onde financiam direitos de posse de PI, CL e PAD e a tutela florestal. De 2011 a 2020, os três principais países de cada bacia florestal tropical (Brasil, Indonésia e RDC) representaram uma média de 30 por cento do total dos desembolsos. De 2021 a 2023, este valor caiu para 23 por cento, indicando a expansão dos doadores para novas geografias e uma distribuição mais uniforme entre os países. De 2016 a 2019, 38 países receberam pelo menos 1

milhão de dólares por ano, em média, em financiamento relevante; entre 2021 e 2023, 47 países atingiram este limite.

O número de doadores que apoiam os direitos de posse dos PI, CL e PAD e a tutela florestal aumentou em todas as regiões. Em 2023, o número médio de doadores declarantes no conjunto de dados que financiam a posse de PI, CL e PAD em países com florestas tropicais foi de 10. Só na Colômbia, há pelo menos 43 doadores ativos. Existem 31 doadores ativos na Indonésia e 29 na RDC. Os doadores públicos e privados identificaram que partilham uma agenda comum no avanço de atividades para garantir os direitos de posse dos PI, CL e PAD e apoiar a tutela florestal local, e elaboraram a necessidade de maior coordenação entre si a nível nacional para tirar partido sinergias entre programas e alocar apoio estrategicamente.²⁶ Os doadores que procuram implementar acordos de financiamento direto com as comunidades locais também destacaram a importância de envolver os governos dos países que poderiam historicamente ter atuado como intermediários para o financiamento ligado ao reconhecimento da posse de terras de PI, CL e PAD.²⁷

Os atuais níveis de financiamento, embora crescentes e mais diversificados, são insuficientes para responder a oportunidades consideráveis para ampliar o reconhecimento dos direitos de posse coletiva. A RRI estima que a implementação dos quadros jurídicos existentes em 18 países críticos para a conservação das florestas tropicais e da biodiversidade poderia aumentar a área legalmente propriedade ou designada para as comunidades em 260 milhões de hectares.²⁸ Por exemplo, só a RDC, os Camarões e a Indonésia representam quase 36 por cento do território comunitário não reconhecido a nível mundial—cerca de 250 milhões de hectares—mas receberam apenas 9 por cento do financiamento total desde 2020 (181,8 milhões de dólares).²⁹ A título de comparação, o Path to Scale estima que serão necessários pelo menos 10 bilhões de dólares até 2030 para apoiar o reconhecimento de mais 400 milhões de hectares de florestas tropicais, um nível mínimo de apoio e reconhecimento de direitos para comunidades territoriais poderem contribuir significativamente para a realização das metas climáticas e de biodiversidade.³⁰

O financiamento para projetos liderados por comunidades para garantir direitos e conservar as florestas continua satisfazendo apenas uma fração da demanda total. Embora muitos novos mecanismos de financiamento liderados e/ou governados por comunidades territoriais tenham surgido desde 2020 como **soluções** para atender à demanda significativa de apoio direto à comunidades, a experiência mostrou que os fundos disponíveis ficam aquém do que é necessário para responder às oportunidades disponíveis para garantir direitos e conservar florestas e paisagens rurais. As evidências provenientes de dados públicos mostram que os mecanismos existentes conseguiram satisfazer, no máximo, 30 por cento das propostas recebidas. Dados recentes do Fundo Territorial Mesoamericano, do Fundo Podaali e do Fundo Nusantara—todos liderados e governados por detentores de direitos—demonstram que a procura de comunidades e as oportunidades locais para garantir os direitos são muito maiores que o financiamento disponível. O Fundo Territorial Mesoamericano ajudou 31 organizações a desenvolver propostas de editais em 2023, mas só conseguiu apoiar 22 projetos, totalizando apenas US\$ 694.000, um tamanho médio de projeto de US\$

31.000.³¹ O Fundo Podaali, baseado num formato de edital aberto, conseguiu financiar apenas 8 por cento das 360 propostas recebidas. Da mesma forma, o Fundo Nusantara só conseguiu financiar 20 por cento das 384 propostas recebidas no seu primeiro ciclo de financiamento. As evidências provenientes de mecanismos de financiamento globais, como a Iniciativa de Conservação Inclusiva (ICI) e o Mecanismo Dedicado de Subsídios (DGM) do Programa de Investimento Florestal, apesar da filtragem de candidaturas de alta qualidade, mostram que só conseguiram satisfazer uma fração da demanda (Tabela 3).

TABELA 3 | Financiamento disponível para projetos comunitários

MECANISMO	INSCRIÇÕES	ACEITAS	AÇÕES FINANCIADAS	CHAMADA ABERTA
<i>NOVOS MECANISMOS BASEADOS EM DIREITOS</i>				
Fundo Territorial Mesoamericano	31	22	70%	X
Fundo Podaali	305	32	10,5%	✓
Fundo Nusantara	384	76	19,8%	*
<i>MECANISMOS RECENTEMENTE ATIVOS</i>				
Iniciativa de Conservação Inclusiva	>400	10	2,5%	✓
Costa do Marfim – DGM	6.642	55	0,8%	✓
México – DGM	720	90	12,5%	✓
RDC – DGM	47	14	29,8%	✓
Indonésia – DGM	210	49	23,3%	✓
Moçambique – DGM	287	17	5,9%	✓
Brasil – DGM	240	64	26,7%	✓

Fontes (em ordem de aparição): Fundo Territorial Mesoamericano (AMPB). 2023. Chamada de Propostas FTM: Ficha Técnica 2023–2024; Fundo Podaali. 2023. [O Fundo Indígena da Amazônia Brasileira apresentou os 32 projetos selecionados pela chamada 'Amazônia Indígena Resiste no Acampamento Terra Livre](#); Fundo Nusantara. n.d. Apresentação Interna: Relatório de Administração de Financiamento do Ciclo 1; Conservação Internacional e UICN. 2021. [Documento do Projeto GEF: Iniciativa de Conservação Inclusiva](#); e Conservação Internacional. n.d. [Relatórios de Implementação do Programa DGM, 2015–2022](#).

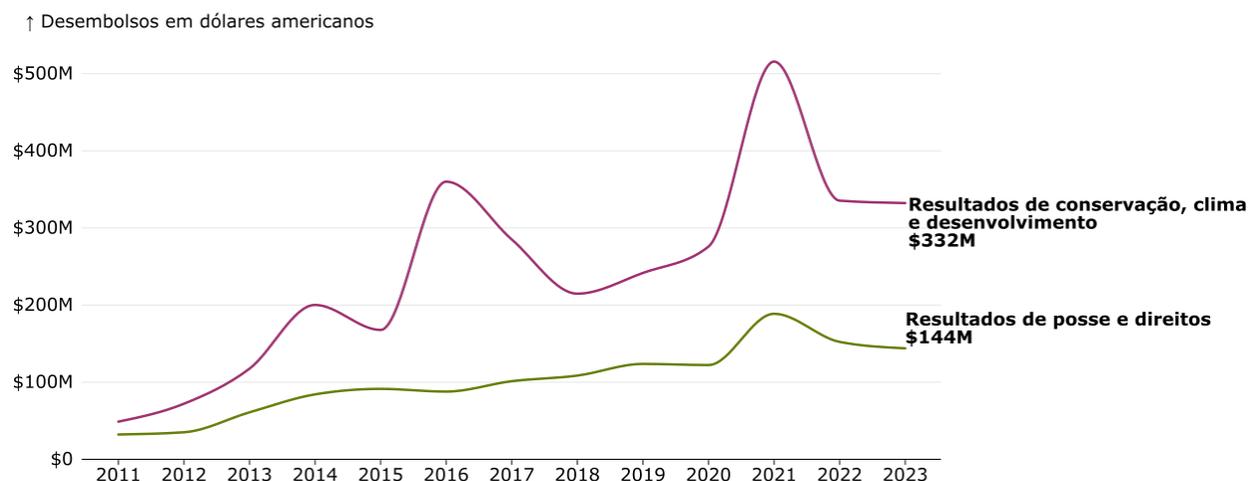
Observação: os dados relatados não são derivados da Plataforma de Financiamento Path to Scale. * = Chamada aberta dentro de um conjunto selecionado de organizações-mãe.

Tendências de financiamento temático

Atividades focadas em conservação, clima e desenvolvimento

O aumento do financiamento dos direitos de posse de tutela florestal de PI, CL e PAD foi impulsionado principalmente pelo maior envolvimento dos titulares de direitos em projetos centrados nos resultados em conservação, clima e desenvolvimento social (Figura 4). O crescimento substancial no financiamento para PI, CL e PAD focados nos resultados climáticos, de conservação e de desenvolvimento social reflete no aumento do reconhecimento de que os titulares coletivos de direitos são aliados vitais para conservar as florestas tropicais e alcançar objetivos cruciais em matéria de clima e biodiversidade. As atividades que dão prioridade à posse e aos resultados baseados nos direitos criam uma base para os esforços de conservação. Por outro lado, as atividades de conservação que reconhecem e apoiam o papel dos PI, CL e PAD na gestão das suas paisagens podem fortalecer a defesa dos direitos à terra, demonstrando os resultados ambientais positivos da posse assegurada. Uma melhor coordenação entre doadores e beneficiários é fundamental, especialmente em ecossistemas onde ambos os tipos de projetos estão presentes, representando um caminho para aumentar o impacto com financiamento limitado.

FIGURA 4 | Desembolsos anuais por categoria de resultado (2011–2023)



No âmbito do Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal (GBF), os países se comprometeram a conservar pelo menos 30 por cento das terras do mundo até 2030, ao mesmo tempo que “reconhecem os territórios indígenas e tradicionais”.³² Alcançar esta meta de uma forma que respeite e promova os direitos dos PI, CL e PAD requer uma forte ênfase nos direitos à terra no financiamento da conservação—particularmente em países com grandes extensões de terras não reconhecidas de PI, CL e PAD, para garantir que os esforços de conservação não violar os direitos tradicionais à terra.

No entanto, esta tendência de financiamento também demonstra que os direitos dos PI, CL e PAD, por si só, ainda não são financiados no mesmo grau que os resultados de conservação, ambientais ou de desenvolvimento social, com os PI, CL e PAD como partes interessadas/beneficiários. Existe o risco de que os direitos e os resultados da posse, quando não estejam diretas ou imediatamente ligados aos resultados da conservação, continuem a ser subfinanciados no futuro.

A Plataforma de Financiamento Path to Scale como uma ferramenta para compreender as prioridades dos doadores

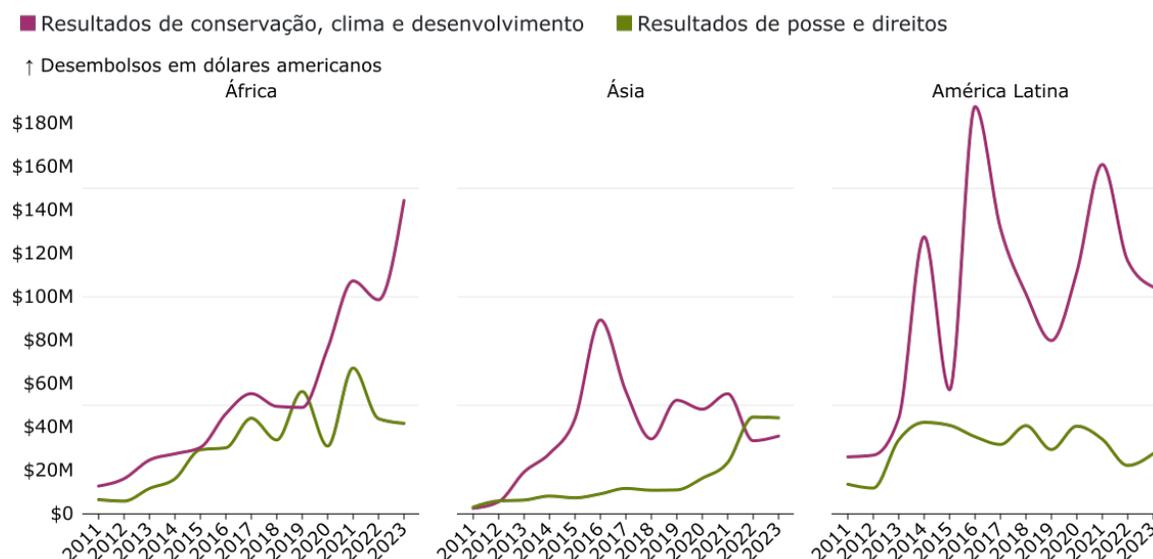
Enquanto no passado a análise manual e a categorização de atividades eram demoradas, os avanços emergentes no Processamento de Linguagem Natural permitiram uma análise mais rápida e precisa de dados de texto.³³ Com uma compreensão não apenas de *quem* e *onde*, mas também de *quais* são os objetivos principais de um projeto, podemos começar a modelar e etiquetar as atividades por temas relevantes. O nosso modelo nos permite dizer, por exemplo, que uma atividade está mais focada na “conservação ambiental e na biodiversidade” do que na “agricultura sustentável e desenvolvimento rural.” Ao avaliar textos e documentos de milhares de projetos, esta análise pode identificar tendências na linguagem que os doadores e os implementadores utilizam para descrever as suas atividades.

Utilizamos duas categorias de atividades primárias—elas próprias uma destilação de sete “grupos” de linguagem relacionada³⁴—para agrupar projetos que usaram uma linguagem que priorizava “resultados de conservação, clima e desenvolvimento” e aqueles que priorizavam “resultados de posse e direitos.” Em termos gerais, as atividades que dão prioridade aos resultados de conservação, clima e desenvolvimento não incluem projetos com o objetivo principal de garantir os direitos dos PI, CL e PAD à terra ou de avançar nas suas prioridades autodeterminadas. Estas atividades podem incluir uma componente relacionada com a posse e os direitos, mas apenas como parte de uma agenda mais ampla de conservação, clima e desenvolvimento. As atividades que priorizam a posse e os resultados dos direitos foram financiadas especificamente com o objetivo de melhorar os direitos de posse, o desenvolvimento territorial ou fortalecer as organizações e comunidades de PI, CL e PDA.

Os desembolsos para resultados de posse e direitos aumentaram na África e na Ásia, enquanto diminuíram na América Latina. A desagregação por região (Figura 5) mostra duas tendências diferentes. Na Ásia e em África, o financiamento para resultados de posse e direitos aumentou. Na América Latina, contudo, o financiamento para direitos e resultados de posse manteve-se estável ou diminuiu ligeiramente desde cerca de 2014. Existem algumas explicações possíveis para estas tendências divergentes. Por um lado, as redes de titulares de direitos na Ásia e em África foram reforçadas ao longo da última década, o que abre novas oportunidades de financiamento. Novas oportunidades políticas para o reconhecimento da posse também provavelmente desempenham um papel. Além disso, a América Latina também está muito à frente da África e da Ásia no reconhecimento dos direitos de posse coletiva.³⁵ No entanto, desde 2015, os titulares coletivos de direitos na América Latina têm enfrentado ameaças generalizadas de segurança e proteção aos defensores da terra e a ameaça de anulação de direitos.³⁶ Ainda existe uma necessidade urgente de

financiar direitos e resultados de posse na América Latina, tornando a trajetória desta categoria de financiamento uma preocupação.

FIGURA 5 | Desembolsos anuais por categoria de resultados e continente (2011–2023)



Nota: Dado que o financiamento é relativamente limitado na Ásia, os grandes projetos podem produzir uma oscilação, como se viu em 2022. O projeto SPLIT do Banco Mundial nas Filipinas, que implementa o parcelamento de terras para titulação individual, é responsável por este aumento e continuação em 2023.

Financiando grupos marginalizados dentro de PI, CL e PAD

Embora esta análise se concentre nas tendências globais em direitos de posse de PI, CL e PAD e no financiamento da tutela florestal, o conjunto de dados permite um exame mais aprofundado das tendências de financiamento de grupos historicamente marginalizados nas comunidades. Uma prioridade a curto prazo é expandir esta análise para apoiar os esforços de defesa de um cenário de financiamento mais equitativo.

Mulheres e meninas

O *Financiamento com Propósito* (2022) avaliou o financiamento de posse e manejo florestal de PI e CL de 2011 a 2020 e descobriu que, embora 32 por cento das descrições de projetos incluíssem pelo menos uma palavra-chave relacionada ao gênero (denominadas palavras-chave "raiz", como "mulheres"), apenas 18 por cento incluíram linguagem que sugere que a igualdade de gênero ou os direitos das mulheres ou a governança podem ter sido explicitamente considerados.³⁷ Dada a falta de dados orçamentais desagregados, estas proporções servem como limite superior e provavelmente sobrestimam significativamente a parcela da programação de justiça de gênero. Estes dados apoiam o fato bem estabelecido de que os direitos e a liderança das mulheres são gravemente subfinanciados, apesar dos papéis essenciais que as mulheres

Indígenas e comunitárias desempenham na tutela das florestas, na produção de alimentos, na preservação cultural e nos meios de subsistência. Os direitos de posse das mulheres também estão positivamente ligados à segurança alimentar e ao bem-estar económico das famílias, mas as mulheres são frequentemente excluídas de muitas estruturas de governação e decisões de gestão florestal e os seus direitos de posse raramente são reconhecidos pelas leis nacionais.³⁸

Povos Afrodescendentes

Os Povos Afrodescendentes da América Latina e do Caribe (ALC) têm historicamente recebido uma fração dos direitos e financiamento para a conservação, apesar de seus territórios se sobreporem com ecossistemas cruciais para a conservação e as mudanças climáticas³⁹ e das desigualdades históricas e estruturais únicas que limitam o reconhecimento de seus direitos coletivos e direitos humanos. Desde 2020, o financiamento que menciona PAD tem recebido consistentemente menos de 20 milhões de dólares por ano, ou apenas **8 a 13 por cento de todo o financiamento da posse comunitária e da gestão florestal da ALC** durante esse período. No entanto, os PAD abrangem mais de 134 milhões de pessoas (21 por cento da população total da ALC)⁴⁰ e habitam e gerem mais de 205 milhões de hectares de terra em 16 países. Em nove destes países,⁴¹ 100 por cento dos territórios Afrodescendentes são definidos como hotspots de biodiversidade e, em toda a região, estão próximos ou sobrepostos a 1.271 áreas protegidas nacionais e internacionais. Ainda assim, apenas 9,4 milhões de hectares de terras comunitárias Afrodescendentes foram legalmente reconhecidas e tituladas nas últimas quatro décadas, e apenas seis países (Brasil, Colômbia, Bolívia, Equador, México, Nicarágua e Honduras) desenvolveram estruturas jurídicas que reconhecem a direitos de posse coletiva dos PAD.⁴²

Conclusão e recomendações

A análise neste documento revela que o financiamento global para posse e tutela florestal de PI, CL e PAD aumentou 36 por cento desde 2020, com 72 por cento do aumento impulsionado pelo Compromisso de Posse Florestal de PICL. O financiamento também aumentou de doadores multilaterais fora do Compromisso. No entanto, apesar dos compromissos dos doadores de dar prioridade ao financiamento direto às organizações de detentores de direitos, as modalidades de financiamento permanecem em grande parte as mesmas e pouco financiamento chega diretamente às organizações locais.

Descobrimos também que o financiamento para a posse e a tutela florestal dos PI, CL e PAD aumentou em todas as regiões e está a ser disperso por mais países. De 2016 a 2019, 38 países receberam uma média de pelo menos 1 milhão de dólares por ano em financiamento relevante, mas este número cresceu para 47 países entre 2021 e 2023. Pela primeira vez, África recebeu mais financiamento para a posse comunitária e para a tutela florestal do que a América Latina em 2023. No entanto, embora o apoio esteja aumentando, os atuais níveis de financiamento ainda são inadequados, dada a extensão das reivindicações comunitárias não reconhecidas sobre terras e florestas, a legislação e as políticas existentes e os custos estimados para assegurá-las.⁴³ Por exemplo, a implementação dos quadros jurídicos existentes que reconhecem os direitos de propriedade comunitária em 18 países com florestas e biodiversidade poderia aumentar a extensão das terras comunitárias em 260 milhões de hectares. Os mecanismos de financiamento indígenas e liderados pela comunidade estão a responder às oportunidades de apoio às prioridades autodeterminadas e lideradas localmente pelos PI, CL e PAD, mas as exigências e oportunidades de financiamento excedem em muito o que está disponível. Os dados públicos mostram que os mecanismos existentes apenas conseguem satisfazer, no máximo, 30 por cento das propostas recebidas.

O número de doadores que apoiam a posse e a tutela florestal de PI, CL e PAD aumentou globalmente, inclusive nos principais países com florestas tropicais. Os doadores financiam predominantemente atividades que têm como objetivo principal os resultados de conservação, clima e desenvolvimento social (307 milhões de dólares em 2023) em comparação com atividades centradas na posse e nos resultados relacionados com os direitos (138 milhões de dólares em 2023). É necessária maior coordenação entre doadores, governos, organizações implementadoras e titulares de direitos para garantir que os direitos comunitários e os esforços de conservação se apoiam mutuamente, bem como para promover acordos de financiamento diretos e liderados localmente.

Para apoiar a comunidade doadora na abordagem destas lacunas e desafios, recomendamos as seguintes ações:

1. Melhorar a transparência dos dados sobre o financiamento atual e histórico para propriedade de PI, CL e PAD e tutela florestal.

- Alinhar-se com um conjunto comum de padrões de relatórios para melhorar a transparência do financiamento para PI, CL e PAD, particularmente para compromissos proeminentes como o Compromisso de Posse Florestal dos PICL. Muitas organizações apoiam este objetivo e estão trabalhando para alinhar as definições dos doadores e as estruturas de prestação de contas (por exemplo, a Plataforma Shandia do GATC e o Roteiro de Paris para o Rastreamento de Fundos).⁴⁴
- Melhorar a transparência dos fluxos de financiamento para PI, CL e PAD (incluindo financiamento não direto) para medir o financiamento que chega às organizações de titulares de direitos de forma que as populações locais possam influenciar e controlar esses fluxos. Estes dados proporcionarão uma melhor compreensão das vias de financiamento adequadas à finalidade e permitirão aos doadores identificar, avaliar e aprender com os esforços bem-sucedidos.
- Utilizar relatórios claros, transparentes e acessíveis para coordenar e apoiar a alocação estratégica de recursos para garantir direitos e promover a tutela florestal local, e para promover a ação coletiva sobre as metas climáticas e de biodiversidade para 2030.

2. Mobilizar mais financiamento e promover os mecanismos necessários para canalizar recursos para os titulares de direitos e suas organizações.

- Mobilizar recursos para cumprir um novo e mais ambicioso compromisso de PI, CL e PAD. Dado que o atual Compromisso de Posse Florestal dos PICL termina após 2025, agora é o momento de começar a conceber um novo compromisso que responda adequadamente tanto à escala do desafio como à oportunidade de impacto.
- Com novas promessas e compromissos, incluir apoio dedicado a ecossistemas além das florestas tropicais, tais como terras áridas, pastagens, paisagens costeiras e outras áreas reivindicadas e geridas por PI, CL e PAD que são críticas para o sequestro de carbono, a biodiversidade e as mudanças climáticas.
- Intensificar os esforços, especialmente em países onde as comunidades têm reivindicações sobre práticas tradicionais ou históricas sobre grandes áreas de terra onde os seus direitos ainda não são reconhecidos e onde existe base jurídica e regimes de posse coletiva que correspondem diretamente às reivindicações das comunidades.⁴⁵
- Estabelecer parcerias com fundos liderados pelos titulares de direitos como forma de ampliar o apoio direto às atividades autodeterminadas de comunidades para garantir os direitos e conservar ecossistemas chave.

- Promover reformas adequadas nos sistemas de financiamento dos doadores que seja compatível com a realidade dos recipientes, levando à melhora e aumento do financiamento aos titulares de direitos. O financiamento deve ser: liderado pelos titulares de direitos, mutuamente responsável, flexível, de longo prazo, inclusivo em termos de género, rápido e acessível.⁴⁶
- Aumentar o financiamento focados em posse e direitos na América Latina, uma vez que os PI, CL e PAD enfrentam ameaças consideráveis aos seus direitos e segurança, o que também compromete os resultados da conservação.
- Aumentar o apoio dedicado aos grupos marginalizados dentro da categoria mais ampla de titulares de direitos coletivos, particularmente mulheres, jovens e PAD.⁴⁷

3. Melhorar a coordenação e a colaboração entre doadores, governos, organizações implementadoras e titulares de direitos, e explorar oportunidades sinérgicas e estratégicas para maximizar o impacto do financiamento limitado.

- A nível global, utilizar e apoiar plataformas de coordenação existentes, como Shandia, Direcionamento para Ampliação, Grupo de financiadores de posse florestal (FTFG) e Parceria entre Líderes Florestais e Climáticos (FCLP) para coordenar estratégias de financiamento e ações coletivas.
- A nível nacional e regional, dar prioridade ao envolvimento com as partes interessadas necessárias para abordar o financiamento customizado à realidades locais e as barreiras regulatórias, tais como convocar funcionários do governo nacional/provincial, sociedade civil local e líderes comunitários para avançar na reforma e implementação de políticas, acordos de financiamento direto, e outras soluções baseadas no local.
- A nível nacional e regional, garantir que as atividades que dão prioridade aos resultados de conservação, clima e desenvolvimento e aquelas que dão prioridade ao reconhecimento e proteção dos direitos são coordenadas para se reforçarem mutuamente e poderem alcançar um impacto sinérgico.

Notas

¹ Rainforest Foundation Noruega. 2021. [Ficando Aquém: Financiamento de doadores para povos indígenas e comunidades locais para garantir direitos de posse e gerir florestas em países tropicais \(2011-2020\)](#).

² Como existem razões legítimas para que alguns doadores possam ocultar dados (por exemplo, relações e contextos sensíveis, represálias dos beneficiários por parte dos governos locais e nacionais, riscos para os defensores ambientais e da terra), fornecemos acesso apenas a dados anteriormente disponíveis publicamente.

³ CQNUMC. 2021. [COP26 Declaração Conjunta dos Doadores sobre Posse Florestal dos PICL](#).

⁴ Fundação Rainforest Noruega. 2021. [Ficando Aquém: Financiamento de doadores para povos indígenas e comunidades locais para garantir direitos de posse e gerir florestas em países tropicais \(2011-2020\)](#).

⁵ Iniciativa de Direitos e Recursos e Rainforest Foundation Noruega. 2022. Financiamento com Propósito: Um Estudo para Informar o Apoio dos Doadores aos Direitos, Clima e Conservação das Comunidades Indígenas e Locais. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: [10.53892/WRFV7289](#).

⁶ Isto também reflete o alinhamento com outras organizações no espaço, incluindo a Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC) e a FTFG.

⁷ Relatamos todos os dados, salvo indicação em contrário, em US\$ 2020, correspondendo a “Ficando Aquém”. Os desembolsos de atividades não ajustados estão disponíveis na ferramenta de acompanhamento. Uma comparação completa dos dados de 2011 a 2023 está incluída na metodologia. De 2011 a 2019, os doadores desembolsaram aproximadamente 270,4 milhões de dólares por ano, valor comparável às conclusões do relatório “Ficando Aquém”. O financiamento de 2016 a 2019 foi, em média, de 381 milhões de dólares.

⁸ Esta estimativa de diferença em diferença é altamente dependente dos anos utilizados no período de comparação. Isto acontece porque os doadores do FTFG também aumentaram o seu financiamento em 2020, antes do compromisso.

⁹ Parte do aumento do financiamento dos multilaterais inclui uma melhoria na qualidade dos relatórios a partir de 2020 por parte do Fundo para o Ambiente Global, entre outros.

¹⁰ De 2020 a 2023, os restantes 6 por cento do financiamento incluíram outros tipos de organizações (ver Figura 1), que incluem organizações não governamentais ou não estatais que fornecem financiamento independente.

¹¹ Os relatórios anuais mais recentes do FTFG indicam que apenas 2,9 por cento do financiamento foi direto em 2021, caindo para 2,1 por cento em 2022. Devido às limitações nos dados divulgados publicamente, não somos capazes de avaliar se os projetos incluem de forma significativa PI e CL e quanto financiamento indireto que recebem.

¹² Iniciativa de Direitos e Recursos e Rainforest Foundation Noruega. 2022. Financiamento com Propósito: Um Estudo para Informar o Apoio dos Doadores aos Direitos, Clima e Conservação das Comunidades Indígenas e Locais. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: [10.53892/WRFV7289](#).

¹³ Por exemplo, o compromisso do “Grande Acordo” do sector humanitário em 2016 de canalizar 25% da ajuda para intervenientes locais e nacionais ficou muito aquém, atingindo apenas 1,2% em 2022. Ver ALNAP. 2022. [Estado do Sistema Humanitário](#).

¹⁴ Iniciativa de Direitos e Recursos e Rainforest Foundation Noruega. 2022. Financiamento com Propósito: Um Estudo para Informar o Apoio dos Doadores aos Direitos, Clima e Conservação das Comunidades Indígenas e Locais. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: [10.53892/WRFV7289](#), Iniciativa de Direitos e Recursos. 2022. [Construindo Pontes: Inovações e Abordagens para Aumentar o Financiamento para Povos Indígenas e Afrodescendentes e Comunidades Locais para Metas Climáticas e de Conservação](#). Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: [10.53892/YPXI4263](#).

¹⁵ Fundação Rainforest Noruega. 2021. [Aquém: Financiamento de doadores para povos indígenas e comunidades locais para garantir direitos de posse e gerir florestas em países tropicais \(2011-2020\)](#).

¹⁶ USAID. 2023. [Parceiros na localização: Projetando para a mudança.](#)

¹⁷ Iniciativa de Direitos e Recursos. 2021. [RRI dá as boas-vindas à doação do Bezos Earth Fund para expansão local liderou soluções climáticas e de conservação.](#)

¹⁸ Grupo de Financiadores de Posse Florestal. 2023. [Compromisso de Posse Florestal dos Povos Indígenas e Comunidades Locais – Relatório Anual 2021-2022.](#)

¹⁹ Estimamos que pelo menos 841,9 milhões de dólares foram desembolsados entre 2021 e 2023 por doadores do GFTA que reportam publicamente.

²⁰ Aliança Global para Comunidades Territoriais. 2023. [Relatório Anual Shandia 2023.](#)

²¹ Ao contrário de outros doadores bilaterais e multilaterais, as despesas são reportadas de duas maneiras pelo BMZ: “desembolsos” para projetos implementados pelo KfW e despesas por outros intervenientes não estatais. Incluímos essas despesas em nossos dados.

²² Comitê da Câmara dos Comuns. 2024. [A contribuição do Reino Unido para o combate ao desmatamento global: Resposta do Governo ao Quarto Relatório do Comitê.](#)

Por exemplo, compilamos informações financeiras do Fundo Fiduciário Multiparceiros da ONU e reportamos atividades de projetos para o CAFI e avaliamos atividades individuais em vez de atribuir uma parte a organizações bilaterais que comprometem financiamento.

²³ Embora a IATI inclua dados de várias instituições multilaterais, os dados sobre desembolsos e a descrição das atividades são normalmente limitados ou imprecisos. Compilamos dados públicos de instituições multilaterais, quando disponíveis, para complementar os dados da IATI e melhorar a qualidade dos relatórios.

²⁴ Atrasos na comunicação de dados à IATI ou a outros sites de microdados são um tema comum do Índice de Transparência da Ajuda produzido pela Campanha Global pela Transparência na Ajuda e no Desenvolvimento. <https://www.publishwhatyoufund.org/the-index/2022/>.

²⁵ A qualidade dos dados geográficos melhorou ao longo do tempo, mas continua a ser um ponto fraco para todas as organizações relatoras. Para evitar a dupla contagem, reportamos aqui os dados das atividades centradas nos países – isto limitará o total de desembolsos comunicados em relação aos números globais comunicados.

²⁶ Ver, por exemplo, a recomendação 3 do plano de trabalho anual Path to Scale 2023. Iniciativa Caminho para Escala, Direitos e Recursos. 2023. [Caminho para Escalar Prioridades e Plano de Trabalho para 2023.](#)

²⁷ No Primeiro Fórum de Mulheres Indígenas e das Comunidades Locais de 2023 na África Central e na Bacia do Congo, em Brazzaville, Congo, mulheres líderes indígenas e locais, doadores internacionais e funcionários africanos reuniram-se para impulsionar o papel das mulheres nos esforços climáticos e de biodiversidade. Os doadores também traçaram estratégias para aumentar o apoio aos direitos e projetos de conservação das comunidades indígenas e locais. Ver Iniciativa de Direitos e Recursos. 2023. [Comunicado de imprensa: As mulheres indígenas e das comunidades locais da África Central e da Bacia do Congo apelam ao acesso direto ao financiamento para ajudar nos seus esforços para alcançar as metas 30x30.](#)

²⁸ Estes incluem: Argentina, Bolívia, Brasil, Camboja, Chile, Colômbia, República Democrática do Congo, Costa Rica, Guatemala, Índia, Indonésia, Quênia, México, Namíbia, Nepal, Peru, Filipinas, Venezuela. Iniciativa de Direitos e Recursos. 2023. [Quem é o dono das terras do mundo? Estado Global de Reconhecimento dos Direitos Fundiários das Comunidades Indígenas, Afrodescendentes e Locais de 2015–2020.](#)

²⁹ Com base na percentagem de território comunitário não reconhecido para países elegíveis para APD com florestas tropicais (ou seja, excluindo território comunitário no Canadá ou na Austrália).

³⁰ Caminho para escalar. [Página de destinos.](#)

³¹ Fundo Territorial Mesoamericano (AMPB). 2023. Chamada de Propostas FTM – Ficha Técnica 2023-2024.

³² Convenção sobre Diversidade Biológica. 2022. [Metas do Quadro Global para a Biodiversidade.](#)

- ³³ Nussbaum, Z., et al. 2024. [Nomic Embed: treinando um incorporador de texto de contexto longo reproduzível](#).
- ³⁴ Esses clusters incluem (1) conservação ambiental e biodiversidade, (2) agricultura sustentável e desenvolvimento rural, (3) direitos indígenas e humanos, (4) iniciativas de posse de terra e direitos, (5) governança, legislação e política, (6) envolvimento da comunidade e (7) alterações climáticas e resiliência.
- ³⁵ Iniciativa de Direitos e Recursos. 2023. [Quem é o dono das terras do mundo? Estado Global de Reconhecimento dos Direitos Fundiários das Comunidades Indígenas, Afrodescendentes e Locais de 2015–2020](#).
- ³⁶ Testemunha Global. 2023. [Firmes: Os Defensores Fundiários e Ambientais na Linha de Frente da Crise Climática](#). Direitos e Recursos. 2018. [À medida que os regimes tentam fazer recuar os direitos humanos, os Povos Indígenas e as comunidades locais encontram poder nas parcerias](#).
- ³⁷ Iniciativa de Direitos e Recursos e Rainforest Foundation Noruega. 2022. Financiamento com Propósito: Um Estudo para Informar o Apoio dos Doadores aos Direitos, Clima e Conservação das Comunidades Indígenas e Locais. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: 10.53892/WRFV7289.
- ³⁸ Iniciativa de Direitos e Recursos. 2017. Poder e Potencial: Uma Análise Comparativa de Leis e Regulamentações Nacionais Relativas aos Direitos das Mulheres às Florestas Comunitárias. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: 10.53892/PMYV6840.
- ³⁹ As terras comunitárias afrodescendentes se sobrepõem a 88,8 Mha de floresta tropical, 5,1 Mha de áreas úmidas, 1,8 Mha de matagais, 515.020 ha de florestas secas e 237.719 ha de manguezais e ecossistemas marinhos ([RRI, PCN, CONAQ, OTEC, 2023](#)).
- ⁴⁰ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2021. Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina: desafios para a inclusão. Resumo. Santiago. Documentos do Projeto (LC/TS.2021/26).
- ⁴¹ Em Belize, Bolívia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Guatemala, Nicarágua e Panamá, 100% das terras habitadas e administradas por comunidades afrodescendentes são definidas como hotspot de biodiversidade.
- ⁴² Iniciativa de Direitos e Recursos, Processo de Comunidades Negras, Observatório de Territórios Étnicos e Campesinos da Pontifícia Universidade Javeriana e Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas. 2023. Territórios dos Povos Afrodescendentes em Hotspots de Biodiversidade na América Latina e no Caribe. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: [10.53892/FTMK5991](#).
- ⁴³ Iniciativa de Direitos e Recursos e Mecanismo de Posse. 2021. Ampliação do reconhecimento dos direitos à terra indígenas e comunitários: oportunidades, custos e implicações climáticas. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: [10.53892/QMUD8864](#).
- ⁴⁴ Para saber mais sobre o Roteiro de Paris para Rastreamento de Fundos, consulte: <https://charapa.dk/tracking-funds/>.
- ⁴⁵ Na segunda edição de *Who Owns the World's Land?* (2023), os quadros jurídicos existentes foram comparados com as estimativas de áreas onde as comunidades têm reivindicações consuetudinárias ou históricas, mas onde os seus direitos ainda não são reconhecidos. A RRI identificou 18 países onde existem regimes de posse baseados na comunidade que correspondem diretamente às reivindicações das comunidades e onde a implementação dos quadros jurídicos existentes poderia proporcionar o reconhecimento de mais de 260 Mha de terras onde as comunidades já têm direitos ou reivindicações consuetudinárias, mais do dobro da área total reconhecida entre 2015–2020 em 73 países. Esses países são Argentina, Bolívia, Brasil, Camboja, Chile, Colômbia, RDC, Costa Rica, Guatemala, Índia, Indonésia, Quênia, México, Namíbia, Nepal, Peru, Filipinas e Venezuela. doi: [10.53892/MHZN6595](#).
- ⁴⁶ Iniciativa de Direitos e Recursos e Rainforest Foundation Noruega. 2022. Financiamento com Propósito: Um Estudo para Informar o Apoio dos Doadores aos Direitos, Clima e Conservação das Comunidades Indígenas e Locais. Washington, DC: Iniciativa de Direitos e Recursos. doi: [10.53892/WRFV7289](#).
- ⁴⁷ Veja, por exemplo, *Nosso apelo à ação: O financiamento climático não deve deixar para trás mulheres e meninas indígenas, afrodescendentes e de comunidades locais!* Disponível em: <https://doi.org/10.53892/ERHL1637>.